

# Restrição a investimentos

As entidades estatais só poderão iniciar novos projetos, bem como a ampliação e modernização de empreendimentos existentes cujo valor total de investimentos seja superior a 2 milhões de ORTNs, após prévia e expressa autorização do Presidente da República, por proposta do Ministro-Chefe da Seplan, enquanto os investimentos inferiores a 2 milhões de ORTNs somente poderão ser realizados após definição precisa dos recursos e desde que incluídos e aprovados nos respectivos orçamentos em programas de dispêndios globais;

Requisitos para os investimentos de empresas estatais em novos projetos, bem como na ampliação e modernização de empreendimentos existentes, e dá outras providências.

O presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º — As entidades estatais a que se refere o artigo 2º do Decreto nº 84.128, de 29 de outubro de 1979 (dispõe sobre o controle de recursos e dispêndios de empresas estatais), somente poderão iniciar novos projetos, bem como a ampliação e modernização de empreendimentos existentes cujo valor total de investimentos seja superior a 2 milhões de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), após prévia e expressa autorização do presidente da República, por proposta do ministro-chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Parágrafo Único — Os investimentos inferiores ao limite fixado neste artigo somente poderão ser realizados após definição precisa dos recursos necessários à sua efetivação e desde que devidamente incluídos e aprovados nos respectivos orçamentos ou programas de dispêndios globais.

Art. 2º — Os pedidos de autorização para a realização dos investimentos previstos neste decreto serão encaminhados à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, através de ministro ou dirigente de órgão integrante da Presidência da República ao qual a entidade estatal esteja vinculada, devidamente instruídos com a justificativa da necessidade do investimento, acompanhado de estudo de viabilidade técnico-financeira e de discriminação das fontes de recursos.

Art. 3º — O ministro-chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República poderá baixar normas complementares à execução deste decreto, abrangendo, inclusive, o acompanhamento físico-financeiro dos investimentos, podendo sugerir a paralisação ou desativação de projetos cuja execução não atenda à programação inicial estabelecida.

Art. 4º — Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º — Revogam-se as disposições em contrário.

# Gastos das estatais

Eis a integra do projeto que altera e acrescenta o Decreto nº 81.128, de 9 de outubro de 1979, quanto ao controle e dispêndios de recursos de empresas estaduais:

Altera o item III e acrescenta o item 4 do decreto nº 81.128, de 29 de outubro de 1979, que dispõe sobre o controle de recursos e dispêndios de empresas estatais, e dá outras providências.

O presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º — O item III do artigo 4 do decreto nº 84.128, de 29 de outubro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

III — Elaborar, com base nas informações fornecidas pelas empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, e todas as empresas sob controle direto ou indireto da União, bem como pelo Banco Central do Brasil e pelas entidades integrantes do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social — Sinpas, propostas de fixação de limites máximos de dispêndios globais a serem aprovadas pelo presidente da República, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico — CDE.

Art. 2º — O artigo 4 do decreto nº 84.128, de 29 de outubro de 1979, é acrescido de mais um item, com a seguinte redação:

Art. 4º — Emitir parecer sobre o aporte de recursos de empresas estatais no aumento de capital de suas coligadas, bem como sobre quaisquer aquisições, pelas mesmas, de ações ou quotas de outras empresas, privadas ou estatais.

Art. 3º — Este decreto entra em vigor em 1 de janeiro de 1980.

Art. 4º — Revogam-se as disposições em contrário.

# Serviços de terceiros

Dispõe sobre a redução de despesas de serviços de terceiros e outros custeios nas empresas estatais e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º — As empresas esta-

e II do art. 2º do Decreto nº 84.128, de 29 de outubro de 1979, deverão reduzir, no exercício de 1986, em termos reais e no montante de 20% (vinte por cento) em relação ao exercício de 1985:

I — as despesas relativas a serviços de terceiros decorrentes de contratação de mão-de-obra indireta através de contratos, convênios, acordos ou ajustes celebrados com firmas particulares ou com entidades públicas ou outras empresas estatais;

II — as despesas resultantes de prestação de serviços de consultoria, assessoramento, projetos, levantamentos de situações, diagnósticos, elaboração de planos e estudos ou quaisquer outros semelhantes;

III — as despesas com propaganda, publicidade, passagens, viagens e representações.

Art. 2º — As empresas estatais referidas no artigo primeiro deverão reduzir, no exercício de 1986, em termos reais e no montante de 10% (dez por cento) em relação ao exercício de 1985, as despesas indiretas com pessoal próprio.

Art. 3º — Os percentuais previstos nos artigos anteriores incidirão sobre o montante realizado no exercício de 1985, devidamente corrigido pela variação média anual da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional — ORTN.

Art. 4º — O acompanhamento e o controle das medidas previstas neste Decreto caberão:

I — a nível interno, aos respectivos Conselhos de Administração e Fiscal ou órgãos equivalentes, segundo suas atribuições legais; e

II — a Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Art. 5º — O Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República poderá baixar normas complementares necessárias à execução deste Decreto.

Art. 6º — Este Decreto entrará em vigor em 1º de janeiro de 1986.

Art. 7º — Revogam-se as disposições em contrário.

# Despesas de pessoal

Eis a integra do projeto que reduz as despesas de pessoal nas entidades e empresas estatais:

Dispõe sobre a redução de despesas de pessoal nas entidades que menciona e dá outras providências.

O presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º — As entidades estatais relacionadas no anexo a este decreto deverão proceder, no exercício de 1986, uma redução de 10%, em termos reais, nas suas despesas com pessoal e respectivos encargos sociais.

Parágrafo 1º — O percentual previsto neste artigo incidirá sobre a despesa efetivamente realizada no exercício anterior, corrigida pela variação da média ponderada entre os índices (INPC) utilizados no exercício de 1985 e os índices (INPC) a serem utilizados no exercício de 1986 para os reajustes semestrais dos salários.

Parágrafo 2º — No cálculo da média ponderada deverão ser incorporados os percentuais concedidos pelas empresas a título de produtividade e reposição salarial.

Art. 2º — O acompanhamento e o controle das medidas previstas neste decreto caberão:

I — A nível interno, aos respectivos conselhos de administração e fiscal ou órgãos equivalentes, segundo suas atribuições legais; e

II — A Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Art. 3º — O ministro-chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República poderá baixar normas complementares à execução deste decreto.

Art. 4º — O descumprimento do disposto neste decreto poderá acarretar aos dirigentes das entidades estatais a dispensa das funções de confiança exercidas.

Art. 5º — Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º — Revogam-se as disposições em contrário.

Anexo I

Relação de entidades estatais enquadradas.

MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

— Caixa de Financiamento da Aeronáutica — (CFIAI)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Comissão de Financiamento da Produção (CFP)

— Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — (Embrapa)

— Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater)

— Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)

— Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe)

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

— Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás)

MINISTÉRIO DO EXERCÍTO

— Fundação Habitacional do Exército (FHE)

MINISTÉRIO DA FAZENDA

— Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

— Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab)

— Superintendência de Seguros Privados (Susep)

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

— Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Cebrae)

— Empresa Brasileira de Turismo (Embratur)

— Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura (Gerca)

— Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)

— Instituto Brasileiro do Café (IBC)

— Instituto Nacional de Meteorologia — Norm. e Qualidade Ind. (Inmetro)

— Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

— Superintendência da Borracha (Sudhevea)

MINISTÉRIO DO INTERIOR

— Cia. de Artesanato do Nordeste (Artene)

— Cia. de Águas e Esgotos de Roraima (Caer)

— Cia. de Águas e Esgotos do Amapá (Caesa)

— Cia. de Desenvolvimento do Amapá (Codeasa)

— Cia. de Desenvolvimento de Roraima (Codesaima)

— Cia. de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf)

— Cia. de Colonização do Nordeste (Colone)

— Cia. Nordeste de Serviços Gerais (Conesg)

— Cia. Nordeste de Sondas e Perfurações (Conesp)

— Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)

— Fundação Nacional do Índio (Funai)

— Fundação Projeto Rondon (Prorondon)

— Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)

— Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco)

— Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)

— Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul)

— Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

— Empresa Brasileira de Notícias (EBN)

— Fundação Petrônio Portela (FPP)

MINISTÉRIO DA MARINHA

— Caixa de Const. de Casas p/Pessoal do Min. da Marinha (CCCPMM)

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

— Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)

MINISTÉRIO DO TRABALHO

— Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Seg. e Med. do Trabalho (Fundacentro)

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

— Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER)

— Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU)

— Cia. de Navegação do São Francisco (Franave)

— Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (Geipot)

— Serviços de Navegação da Bacia do Prata (SNBP)

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA — SEPLAN

— Cia. de Desenvolvimento de Barcarena (Codebar)

— Fundação Inst. Bras. de Geografia e Estatísticas (IBGE)

— Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea)

DEPARTAMENTO ADM. DO SERV. PÚBLICO (DASP)

— Fundação Centro de Formação do Servidor Público (Funcap)

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS (EMFA)

— Fundação Osório

MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MIRAD)

— Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

— Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS)

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

— Conselho Nacional de Desenv. Científico e Tec. (CNPq)

— Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)

MINISTÉRIO DA CULTURA

— Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme)

# Administração direta

Ficam cortadas no exercício de 1986, em termos reais e no montante de 20% em relação ao exercício de 1985, corrigido pela variação média anual da ORTN, as despesas relativas a serviços de terceiros decorrentes de contratação de mão-de-obra indireta através de contratos, convênios, acordos ou ajustes; de prestação de serviços de consultoria, assessoramento, projetos, levantamentos de situações, diagnósticos, elaboração de planos e estudos ou quaisquer outros semelhantes; e de propaganda, publicidade, passagens e viagens, na administração direta.

# Transferência do PIS/Pasep

Eis a integra do projeto que altera o Programa de Integração Social — PIS

Altera a legislação que regula o Programa de Integração Social — PIS.

O presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º — É facultado ao participante do fundo PIS-Pasep transferir os benefícios creditados em sua conta individual a entidade fechada de previdência privada, constituída nos termos da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977 e legislação complementar, e patrocinada por empresa privada com a qual tenha vínculo trabalhista.

Parágrafo 1º — A transferência dos benefícios do participante far-se-á a título de contribuição a plano de benefício, a que se vincular, instituído por entidade fechada de previdência privada.

Parágrafo 2º — Para os fins desta lei, a contribuição obrigatória da entidade patrocinadora não poderá ser inferior à contribuição do participante composta dos benefícios transferidos do fundo PIS-Pasep.

Parágrafo 3º — Só poderão ser objeto da transferência

prevista nesta lei os seguintes benefícios:

A) depósitos efetuados a partir de 30 de junho de 1986, nos termos do artigo 7 da Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970;

B) os rendimentos especificados nas alíneas "B" e "C" do artigo 3º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975.

Art. 2º — O participante do fundo PIS-Pasep, que transferir os benefícios na forma prevista nesta lei, não mais fará jus ao abono salarial de que trata o artigo 4º, parágrafo 3º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975.

Art. 3º — O Poder Executivo regulamentará a presente lei complementar dentro de 90 dias contados da data de sua publicação.

Art. 4º — O Conselho Monetário Nacional fixará o limite percentual dos benefícios que poderão ser objeto de transferência para entidade fechada de previdência social.

Art. 5º — Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

# Proibição de contratações

Altera o caput do art. 1º do Decreto nº 91.403, de 05 de julho de 1985, para incluir novas medidas de contenção de despesas, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º — O caput do artigo 1º do Decreto nº 91.403, de 05 de julho de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º — Fica vedado, até 30 de junho de 1986, nos órgãos da Administração Federal direta, inclusive nos dotados de autonomia administrativa e financeira, bem como nas autarquias federais sujeitas ao regime da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, o ingresso de pessoal para o preenchimento de cargos ou empregos vagos ou que venham a vagar por aposentadoria ou falecimento, assim como a criação de empregos ou funções de confiança, ainda que com o oferecimento de compensação.

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

# Fica criado o CIERP

Fica instituído o Conselho Interministerial de Remuneração e Proventos — CIRP, presidido pelo Ministro Extraordinário para Assuntos de Administração e composto, ainda, pelos Ministros-Chefe da SEPLAN, da Fazenda e do Trabalho. Tem por finalidade estabelecer critérios e propor diretrizes gerais para orientar a política de remuneração do pessoal, ativo e inativo, vinculado ao SIPEC.

Institui o Conselho Interministerial de Remuneração e Proventos — CIRP, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º — Fica instituído, como órgão colegiado, o Conselho Interministerial de Remuneração e Proventos — CIRP.

Art. 2º — O CIRP será composto pelos Ministros de Estado do Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, da Administração, da Fazenda e do Trabalho.

§ 1º — O CIRP será presidido pelo Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos de Administração e, em sua ausência, sucessivamente, pelo ministro de Estado da Fazenda, pelo Ministro de Estado do Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e pelo Ministro de Estado do Trabalho.

§ 2º — Poderão participar, também, das reuniões do CIRP, os demais ministros de Estado, quando se tratar de assunto específico de sua área de competência.

§ 3º — As decisões do CIRP serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 3º — Compete ao CIRP estabelecer critérios e propor diretrizes gerais para orientar a política de remuneração do pessoal, ativo e inativo, vinculado ao Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal — SIPEC.

Art. 4º — A Secretaria de Pessoal Civil do DASP prestará o apoio que se fizer necessário às atividades do CIRP.

Art. 5º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º — Revogam-se as disposições em contrário.

# Levantamento da estrutura

Dispõe sobre medidas relacionadas com a organização da administração federal direta e das autarquias e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º — Até que a Comissão Geral da Reforma Administrativa fixe princípios e critérios norteadores da organização da Administração Federal, a Sepplan e o DASP promoverão amplo levantamento das estruturas existentes na Administração Federal direta e nas autarquias, para efeito de adequa-

las ao cumprimento das prioridades do Governo, podendo, para isso, propor a extinção, fusão ou incorporação de órgãos e entidades, visando a conferir-lhes unidade de ação e de meios, necessários à satisfação de suas finalidades.

Art. 2º — Os projetos de decreto que fixem ou alterem as estruturas básicas dos órgãos da Administração Federal direta e das autarquias serão encaminhados à Presidência da República, por intermédio da Secretaria de Planejamento da Presidência da República — Sepplan e do Departamento Administrativo do Serviço Público — DASP.

Art. 3º — Os regimentos internos dos órgãos da Administração Federal direta e os das autarquias serão expedidos por portaria do titular do Ministério interessado, após audiência dos órgãos competentes da Sepplan (Secretaria de Modernização e Reforma Administrativa — Semor e Secretaria de Orçamento e Finanças — SOF) e do Departamento Administrativo do Serviço Público — DASP e deverão consubstanciar simplificação das estruturas existentes, sem qualquer aumento de custos operacionais.

Parágrafo único — As estruturas regimentais dos órgãos em implantação serão elaboradas em estrita consonância com as estruturas básicas para eles estabelecidas e dentro de limites orçamentários previamente fixados pela Secretaria de Orçamento e Finanças da Sepplan.

Art. 4º — Nenhuma alteração estrutural que importe em aumento de despesas será processada, até 31 de dezembro de 1986, vedada, inclusive, a utilização de cargos ou empregos vagos como compensação, ressaltados os casos excepcionais, a juízo exclusivo do presidente da República.

Art. 5º — Os ministros de Estado chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e Extraordinário para Assuntos de Administração expedirão, em conjunto, os atos complementares para a fiel execução deste Decreto.

Art. 6º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados os artigos 5º, 6º e seu parágrafo único, do Decreto nº 68.885, de 6 de julho de 1971, e demais disposições em contrário.

# Ações das estatais

Eis a integra do projeto que altera as ações das estatais:

Nova redação aos artigos 60 e 61 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1985, revoga o parágrafo único do referido artigo 69, acrescenta parágrafo ao artigo 235 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e ao artigo 59 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, revoga o artigo 241 da Lei nº 6.404/76 e adota outras providências.

O presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º — O artigo 60 da Lei nº 4.728, de 14.7.65, passa a vigorar com a seguinte redação, revogado o seu parágrafo único:

"Art. 60 — O Poder Executivo poderá promover a alienação de ações de propriedade da União, representativas do capital social de sociedade anônima mista, desde que mantido o controle da sociedade pela União e suas entidades da administração indireta vinculadas por acordo de acionistas, quando a exigência de controle estatal constar de lei especial".

Art. 2º — O artigo 61 da Lei nº 4.728, de 14.7.65, caput e seu parágrafo primeiro passam a vigorar com a seguinte redação, inalterado o seu parágrafo segundo:

"Art. 61 — O Conselho Monetário Nacional fixará a participação da União nas diferentes sociedades referidas no artigo anterior, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, nos casos de sua competência.

Parágrafo 1º — As ações de que tratam este artigo e o anterior serão negociadas através do sistema de distribuição instituído no artigo 15 da Lei nº 6.385, de 7.12.76, com a participação do Banco Central do Brasil, na forma do inciso IV, do artigo 11, da Lei nº 4.595, de 31.12.64".

Art. 3º — O artigo 235 da Lei nº 6.404, de 15/12/76, fica acrescido do seguinte parágrafo 1º, reenumerando-se os demais:

"Parágrafo 1º — As disposições constantes de leis especiais que prescrevem métodos ou critérios contábeis diferentes dos indicados na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, serão observadas em registros auxiliares, nos termos do parágrafo 2º do artigo 177 desta lei."

Art. 4º — O artigo 59 do Decreto-lei nº 2.617, de 26 de setembro de 1940 fica acrescentado do seguinte parágrafo 1º, transformando-se o parágrafo único em parágrafo 2º:

"Parágrafo 1º — As disposições constantes de lei especial que prescrevem métodos ou critérios contábeis diferentes dos indicados na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, serão observadas em registros auxiliares, nos termos do parágrafo 2º do artigo 177 da mesma lei".

Art. 5º — Fica revogado o artigo 241 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Parágrafo 1º — As sociedades de economia mista que tenham se utilizado da faculdade prevista no referido artigo 241 não precisarão proceder a ajuste em suas demonstrações financeiras, para eventual eliminação dos efeitos decorrentes dessa utilização.

Parágrafo 2º — Ressaldado o disposto no parágrafo 1º deste artigo, a aplicação da correção monetária dos elementos do ativo permanente, prevista no artigo 185 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, será obrigatória a partir do exercício social que se iniciar após a entrada em vigor da presente lei.

Art. 6º — A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.